



Companhia Jaguari de Energia

CNPJ nº 53.859.112/0001-69



Relatório da Administração

Senhores acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2021, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 487 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.
As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 2,2% em relação ao exercício de 2020. Destaca-se a classe industrial, que registrou uma redução de 15,2% ante 2020. A CPFL Santa Cruz, em 2021, foi eleita pelo Prêmio Abradee, na categoria de Melhor Responsabilidade Socioambiental de distribuidoras com até 500 mil consumidores.
Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico
O ano de 2021 testemunhou o princípio da superação da pandemia de Covid-19. Apesar do mundo ter vivido as ondas mais letais da pandemia, também foi o ano em que as vacinas começaram a ser amplamente disseminadas (ainda que com enorme heterogeneidade, em termos globais). A combinação de vacinação e contenção prévia tem proporcionado uma proteção importante à população, ainda que novas variantes continuem surgindo, como foi o caso da Delta e, mais recentemente, da Omicron. Olhando a evolução da pandemia ao longo de 2021, fica claro o alívio gradual vivenciado pelos sistemas de saúde e a retomada da mobilidade. Deve-se notar, no entanto, que este movimento não é uniforme: em alguns países, há maior resistência à vacinação; em outros, há falta de vacinas. Apesar de grandes avanços na superação da pandemia, ainda não se pode dizer que seus impactos econômicos tenham sido totalmente superados em 2021.

A gradativa normalização das atividades não foi suficiente para reverter o movimento de consumo de bens muito superior ao consumo de serviços. Três fatores contribuíram para manter a demanda por bens historicamente elevada durante todo o ano:

- i) os pacotes de estímulos, tanto fiscais quanto monetários, auxiliaram na manutenção da renda e consumo total em 2020 e início de 2021, apesar do aumento substancial da poupança das famílias. Este fenômeno foi reforçado nos EUA em 2021, com os pacotes de recomposição de renda efetuados no início do mandato de Biden;
- ii) a normalização incompleta do consumo de serviços: num ambiente de manutenção de renda, o que não foi direcionado à poupança foi, por exclusão, consumido; como em boa parte do ano as restrições à mobilidade e os temores relativos à pandemia ainda vigoravam, o deslocamento da demanda aos padrões pré-pandemia foi incompleto;
- iii) a readequação dos níveis de estoques ótimos: os gargalos de produção enfrentados ao longo de 2020 continuaram restringindo a oferta em 2021 e a resposta encontrada por fabricantes e varejistas foi elevar seus estoques, de matérias primas a produtos acabados, elevando ainda mais a demanda global. Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelos lockdowns e pelas descontinuidades nas cadeias de insumos. Houve progresso na normalização das cadeias, porém é um processo que apenas se iniciou em 2021 e deve se completar apenas em meados de 2022.

A consequência desta normalização incompleta da economia em 2021, com demanda por bens ainda elevada e oferta restrita, resultou em preços mais elevados em todas as etapas da cadeia, de commodities, fretes, preços ao produtor e consumidor. A alta inflação, como se viu, deveu-se muito mais à incapacidade de resposta da oferta do que a um crescimento exuberante da economia.

A alta de preços de commodities, como seria de se esperar, repercutiu positivamente sobre as exportações brasileiras. No acumulado de 2021, as exportações somaram US\$ 280,4 bilhões, um crescimento de 34%. Com isso, o saldo comercial foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde histórico, ajudando a manter a folga nas contas externas.

No Brasil, apesar da folga nas contas externas e da alta de juros no segundo semestre, a intensificação das incertezas fiscais parece ter contribuído para a depreciação da moeda. De fato, para além do movimento esperado pela valorização do dólar frente a outras moedas, as discussões domésticas sobre a PEC dos Precatórios e alteração do teto de gastos, a fim de viabilizar o Auxílio Brasil, parecem ter sido essenciais para amplificar a pressão sobre o real no último trimestre do ano. Apesar das intervenções do BC, a piora do ambiente doméstico e externo fez com que o câmbio passasse de uma média de R\$ 5,23/US\$ no terceiro trimestre de 2021 para R\$ 5,59/US\$ no último trimestre. Em termos reais, a taxa de câmbio brasileira encerrou o ano de 2021 cerca de 35% acima da média verificada entre 2015 e 2019. A depreciação cambial combinada à alta de preços de commodities resultou num choque inflacionário. Este choque foi visto tanto nos preços no atacado quanto nos preços ao consumidor. A inflação bem acima da meta e acelerando, com núcleos em patamar desconfortável, fez com que o Banco Central reagisse tempestivamente. O ano se iniciou com a taxa de juros básica em 2% ao ano, mínimo histórico, porém já a partir de março o Banco Central deu partida ao ajuste da política monetária e da taxa de juros, que encerrou 2021 no patamar de 9,25% ao ano.

Apesar da alta dos juros ao longo do ano, o crédito ainda mostrou um bom desempenho em 2021, sendo uma fonte importante de sustentação do consumo. Este último ainda foi favorecido pela recuperação do mercado de trabalho e pela concessão de auxílios governamentais. O Auxílio Emergencial atingiu menos famílias em 2021 do que em 2020 e teve um ticket médio menor, reduzindo o alívio aos orçamentos familiares. Por outro lado, a população ocupada continuou abatida pelas restrições por conta da pandemia no primeiro semestre - mas mostrou uma rápida recuperação no segundo semestre, com o avanço da vacinação e melhora do quadro sanitário. Dados esses fatores, o consumo cresceu relativamente pouco em 2021, na comparação com o patamar final de 2020. Chegou a ultrapassar o consumo de 2019, pré-pandemia, em vários meses, mas perdeu força nos últimos meses do ano.

Tarifas de energia elétrica

Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2021:

Em 21 de março de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.837, a Aneel homologou o resultado da quinta Revisão Tarifária Periódica da CPFL Santa Cruz em 17,19%, sendo 16,98% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 0,21% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 9,95% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 11,90% e da Parcela B de 5,08%. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de março de 2021.

Balancos Patrimoniais					
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5	91.005	135.653	Fornecedores	15
Títulos e valores mobiliários	6	—	100.013	Empréstimos e financiamentos	16
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	215.969	173.181	Debêntures	17
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.166	1.313	Taxas regulamentares	18
Outros tributos a compensar	9	16.034	13.144	Imposto de renda e contribuição social a recolher	19
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	80.415	—	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19
Derivativos	31	41.070	18.895	Dividendo e juros sobre capital próprio	28
Ativo financeiro setorial	9	140.455	27.997	Obrigações estimadas com pessoal	5
Estoque	—	2.944	2.684	PIS/COFINS devolução consumidores	8.1
Outros ativos	12	68.291	36.765	Outras contas a pagar	21
Total do circulante		658.348	509.646	Total do circulante	
Não circulante				Não circulante	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	15.255	10.182	Fornecedores	15
Depósitos judiciais	20	22.536	22.262	Empréstimos e financiamentos	16
Outros tributos a compensar	8	19.381	18.836	Debêntures	17
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	168.518	150.632	Imposto de renda e contribuição social a recolher	19
Ativo financeiro setorial	9	31.169	68.656	Debêntures fiscais diferidos	10
Derivativos	31	29.451	68.656	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20
Ativo financeiro da concessão	11	105.401	70.902	Derivativos	31
Outros ativos	12	83	145	Passivo financeiro setorial	9
Ativo contratual	13	103.315	72.928	PIS/COFINS devolução consumidores	8.1
Intangível	14	954.748	902.825	Outras contas a pagar	21
Total do não circulante		1.449.858	1.317.169	Total do não circulante	
Total do ativo		2.108.206	1.826.815	Patrimônio líquido	
				Capital social	170.413
				Reserva de capital	494
				Reserva legal	34.083
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	162.697
				Dividendo	64.494
				Resultado abrangente acumulado	177
				Total do patrimônio líquido	432.359
				Total do passivo e do patrimônio líquido	2.108.206

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo
Saldos em 31 de dezembro 2019	170.413	513	33.828	258.944	—
Resultado abrangente total	—	—	—	1.927	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	90.427
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	—	—	—	—	(168)
Mutações internas do patrimônio líquido	—	—	—	—	—
Constituição da reserva legal	—	—	255	—	—
Realização da correção monetária especial - lei nº 8.200/91	—	—	(11)	—	—
Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro	—	—	—	64.251	—
Transações de capital com os acionistas	—	—	—	—	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(22.595)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(3.337)
Saldos em 31 de dezembro 2020	170.413	503	34.083	323.194	1.758
Resultado abrangente total	—	—	—	—	87.389
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	87.389
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	—	—	—	—	(1.581)
Mutações internas do patrimônio líquido	—	—	—	—	—
Realização da correção monetária especial - lei nº 8.200/91	—	—	(8)	—	8
Transações de capital com os acionistas	—	—	—	—	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(22.903)
Aprovação de dividendos intermediários AGE 07/10/2021, 14/12/2021 e 20/12/2021	—	—	—	(160.498)	—
Dividendo adicional proposto	—	—	—	—	(64.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	170.413	494	34.083	162.697	64.494

Demonstrações do Valor Adicionado					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	2021	2020		2021	2020
1 - Receita	2.234.595	1.847.378	8 - Distribuição do valor adicionado	55.901	53.141
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.071.047	1.639.346	8.1 Pessoal e encargos	35.585	33.659
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	169.779	213.228	8.1.1 Remuneração direta	18.301	17.449
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.231)	(5.196)	8.1.2 Benefícios	2.015	2.032
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.333.015)	(1.140.703)	8.1.3 F.G.T.S.	—	—
2.1 Custo com energia elétrica	(1.076.289)	(835.753)	8.2 Impostos, taxas e contribuições	66.016	499.634
2.2 Material	(118.983)	(134.564)	8.2.1 Federais	367.376	253.205
2.3 Serviços de terceiros	(105.443)	(133.279)	8.2.2 Estaduais	293.437	246.221
2.4 Outros	(32.300)	(37.107)	8.2.3 Municipais	202	208
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	901.580	706.674	8.3 Remuneração de capital de terceiros	86.417	43.183
4 - Retenções	(61.909)	(58.195)	8.3.1 Juros	85.665	42.431
4.1 Depreciação e amortização	(61.909)	(58.195)	8.3.2 Aluguéis	752	752
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	839.671	648.479	8.4 Remuneração de capital próprio	87.389	90.427
6 - Valor adicionado recebido em transferência	51.052	37.905	8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	22.903	22.595
6.1 Receitas financeiras	51.052	37.905	8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	64.494	3.337
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	890.723	686.385	8.4.3 Lucros retidos	(8)	64.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Desenvolvimento de pessoas e inclusão, se desdobra em 15 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. A empresa foi certificada na norma ISO 14001 em 2020 e suas unidades operacionais (Estações Avançadas e Subestações) são periodicamente avaliadas quanto aos riscos e requisitos legais. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar o desempenho ambiental nos municípios, como o Arborização e Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade do Grupo CPFL, além de ter como base as diretrizes, valores e princípios do Grupo, formaliza o seu compromisso em conduzir os negócios pautados pela integridade e pelos mais altos parâmetros de Governança Corporativa. O programa possui 4 pilares compostos por dispositivos que evidenciam o tom e a prática do discurso pela alta administração, a existência de procedimentos e diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ações de comunicação e treinamentos para colaboradores e fornecedores. O programa conta, ainda, com o canal de ética, independente e gerido por empresa terceira, bem como com mecanismos de avaliação e monitoramento de suas ações. Ao longo de 2021, destacamos as seguintes ações executadas: (i) a manutenção do Selo Pró-Ética 2020/2021 que é um prêmio concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seletivo grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude; (ii) os treinamentos presenciais e virtuais sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores; (iii) a divulgação da Conversa Mensal de Integridade - CMI em todas as unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades; e (iv) a comemoração do Dia da Integridade, com evento online que contou com a participação do convidado Max Gehring para reflexão sobre o valor deste tema para a CPFL. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2021, para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Jaguari atua, destacam-se: (i) **CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 3 cidades; (ii) **CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de humanização hospitalar (realizados em formato digital, alcance nacional); (iii) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação digital - alcance nacional):** foram executados projetos digitais que visam às trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 285 mil pessoas digitalmente; (iv) **Círculo CPFL (atividades suspensas em 2021 e postergadas para 2022 devido à pandemia de COVID-19):** A frente Círculo CPFL promove atividades culturais e esportivas itinerantes em todo o país como sessões de cinema movidas à energia solar (CineSolar) e etapas de corrida. Em função da pandemia do COVID-19 as atividades do CineSolar foram adaptadas ao formato digital através da mostra digital "A brincadeira tá on", que selecionou 56 curta-metragens em 14 estados (alcance nacional); (v) **Café Filosófico CPFL (programação digital - alcance nacional):** foram executadas lives do programa Café Filosófico CPFL, exibidas ao vivo nas redes sociais do Instituto e posteriormente na TV Cultura. Mais de 170 milhões de pessoas foram impactadas com essas atividades; (vi) **Outros investimentos sociais:** foi executado um projeto voltado às pessoas com deficiência; e (vii) **Eficiência Energética (0,5% da ROL)** - Foram investidos R\$ 3,7 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 531 mil em projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 525 pontos de iluminação por LED; (b) R\$ 214 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que proporcionaram a substituição de 3.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED). Também desenvolveu (c) projeto bônus residencial com a substituição de 467 geladeiras ineficientes por geladeiras econômicas da tecnologia Inverter, com um investimento de R\$ 453 mil. Por fim, (d) investiu R\$ 1,9 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando o Sistema de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2021, treinamos 564 pessoas. Da base ativa de colaboradores, 95% já passou por algum treinamento. Foram 1,8 mil horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 3 Escolas para formação de eletricitistas concluídas ao longo do ano, 43 pessoas treinadas e mais de 1,2 mil horas de desenvolvimento.

Rede de Valor: em 2021, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, que contam com a participação de 80 parceiros e no qual foram abordados os seguintes temas: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Segurança da Informação, ESG, Código de Ética para Fornecedores e Segurança do Trabalho. Assim como em 2020, os encontros de 2021 também foram em formato online por causa da pandemia.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes ("KPMG") foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, a KPMG prestou serviços de asseguuração de covenants e revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF).

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração
Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Demonstrações dos Resultados				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)				
	Nota explicativa	2021	2020	
Receita operacional líquida	24	1.529.111	1.310.358	
Custo do serviço				
Custo com energia elétrica		25	(969.150)	(752.822)
Custo com operação			(129.381)	(121.287)
Amortização			(57.006)	(53.283)
Outros custos com operação	26		(72.376)	(68.004)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(169.978)	(213.447)	
Lucro operacional bruto		260.602	222.801	
Despesas operacionais				
Despesas com vendas		(30.704)	(30.067)	
Amortização		(198)	(174)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.231)	(5.196)	
Outras despesas com vendas	26	(24.275)	(24.697)	
Despesas gerais e administrativas		(43.055)	(48.561)	
Amortização		(4.471)	(4.422)	
Outras despesas gerais e administrativas	26	(38.584)	(44.139)	
Outras despesas operacionais	26	(6.860)	(9.846)	
Resultados do serviço		179.983	134.327	
Resultado financeiro	27			
Receitas financeiras		48.471	36.147	
Despesas financeiras		(84.350)	(40.684)	
Lucro antes dos tributos		144.104	129.790	
Contribuição social	10	(15.026)	(10.413)	
Imposto de renda	10	(41.689)	(28.950)	
Lucro líquido do exercício		(56.715)	(39.363)	
Lucro líquido básico e diluído por lote mil ação ordinária - R\$	23	243,38	251,84	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	87.389	90.427
Outros resultados abrangentes	(1.581)	(168)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(1.581)	(168)
Resultado abrangente do exercício	85.808	90.259
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

continua →

Companhia Jaguarí de Energia - CNPJ nº 53.859.112/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguarí de Energia (como nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede social da Companhia está localizada na Rua Viga, nº 1620, 1º andar, sala 03, na cidade de Jaguarúna, estado de São Paulo, CEP 13820-000. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045. A área de concessão da Companhia compreende 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 487 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguarúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo. **1.1 Impactos do COVID-19** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID-19 vem provocando e ainda possa provocar. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais impactos que estão sob 5% previstos nos seguintes relatórios: **•** Implementação de medidas, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência. Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período: **•** Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020; **•** Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regularizada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020; **•** Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A Conta COVID destinou-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologadas até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”. A disponibilização de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) foi limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuição, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A. A CCEE autorizou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuar o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito está sendo feito por meio de encargo, denominado CDE COVID, homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação. Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima e valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **Reequilíbrio econômico financeiro:** Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia, a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, sendo os principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência. Considerando os efeitos da redução da receita e do aumento da inadimplência, a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devam ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão. O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão de serviço público de distribuição de energia elétrica. Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2020, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia. Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, constatações na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. A Companhia continua analisando os impactos causados pela pandemia e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada nos processos tarifários de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2022. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: **•** Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada, e premissas para mensuração do reconhecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD). No futuro, a Companhia poderá ter passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens; **•** Nota 10 - Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; **•** Nota 11 - Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31); **•** Nota 12 - Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; **•** Nota 13 - Ativo contratual: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **•** Nota 14 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **•** Nota 16 - Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo; **•** Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro; **•** Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e **•** Nota 31 - Instrumentos Financeiros - derivativos: principais premissas para determinação do valor justo. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. **3.2 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como

valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de resultado operacional (notas 4 e 24). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização registrada de acordo com o padrão de custo de aquisição de bens e serviços. O reconhecimento do direito de concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponta a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.3 Instrumentos financeiros: - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia registra a perda da disponibilidade de caixa e o benefício econômico esperado de um ativo financeiro ocorre quando os contratos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; **•** Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: **•** a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; **•** os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e **•** a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar os fluxos de caixa contratuais e os custos de pagamento do principal. A avaliação inclui a avaliação de outros fatores que possam afetar o valor justo do ativo financeiro. O objetivo da avaliação dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: **•** eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; **•** termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; **•** o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e **•** os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **- Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuída a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os passivos financeiros cujo objetivo seja manter passivos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais ou para pagar fluxos de caixa contratuais. Os passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os passivos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um passivo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **- Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de

continuação

Companhia Jaguarí de Energia - CNPJ nº 53.589.112/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mesmo ano. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31 (f). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2019	(10.616)	(666)	(11.282)
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.884)	7	(9.877)
Recuperação de receita	4.681	—	4.681
Baixa de contas a receber provisionadas	5.488	—	5.488
Saldo em 31/12/2020	(10.331)	(659)	(10.990)
Provisão revertida (constituída) líquida	(13.378)	(41)	(13.420)
Recuperação de receita	7.189	—	7.189
Baixa de contas a receber provisionadas	3.537	—	3.537
Saldo em 31/12/2021	(12.984)	(700)	(13.685)
Circulante	(12.984)	(700)	(13.685)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 31 (f).

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

Circulante

Antecipações de contribuição social - CSLL

Antecipações de imposto de renda - IRPJ

Imposto de renda e contribuição social a compensar

Imposto de renda retido na fonte - IRRF

ICMS a compensar

Programa de integração social - PIS

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS

Outros tributos a compensar

Total circulante

Não circulante

ICMS a compensar

Outros tributos a compensar

Total não circulante

Imposto de renda retido na fonte - IRRF: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras. **ICMS a compensar:** refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo

Circulante

PIS sobre ICMS

COFINS sobre ICMS

Total circulante

Não circulante

PIS sobre ICMS

COFINS sobre ICMS

Total não circulante

Passivo

Circulante

PIS/COFINS devolução consumidores

Não circulante

PIS/COFINS devolução consumidores

Refere-se a crédito constituído em razão de decisão judicial final favorável em última instância em 2019, a qual não está sujeita a novo recurso, do processo relacionado à exclusão dos montantes de ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (relacionado aos processos originais de quatro companhias agrupadas - CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguarí e CPFL Mococa), bem como o direito de ressarcimento de valores anteriormente pagos. Portanto, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2021, a CPFL Santa Cruz possui um ativo de tributos a compensar de R\$ 248.933, e um passivo com consumidor de R\$ 307.540. Em março de 2021 no reajuste tarifário foi considerada a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário de R\$ 20.241. Do montante destacado anteriormente já foram compensados durante o ano de 2021 um montante de R\$ 58.695. Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo", em junho de 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 127.079 (R\$ 129.373 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a CPFL Santa Cruz (empresa incorporada em dezembro de 2017), embora a ação desta empresa ainda não tenha transitado em julgado. Nessa mesma data, a Companhia registrou ainda a diferença do crédito calculado com base no critério de exclusão do ICMS pago, para o ICMS efetivamente destacado em suas faturas de energia. Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão. Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o atual posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receta operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)		Saldo em 31/12/2021			
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS	Diferido	Homologado	Total	
Parcela "A"	35.625	9.894	45.519	171.310	(60.696)	7.864	—	148.894	15.102	163.996	
CVA (*)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
CDE (**)	21	2.059	2.080	1.349	(6.903)	289	—	(4.252)	1.066	(3.186)	
Custos energia elétrica	(10.362)	(3.949)	(14.310)	(86.753)	34.646	(767)	—	(58.291)	(8.894)	(67.185)	
ESS e EER (***)	11.725	(5.322)	6.403	60.760	11.881	(341)	—	80.681	(1.978)	78.703	
Proinf.	(235)	(184)	(419)	1.474	(813)	19	—	—	260	260	
Rede básica	22.639	4.183	26.822	9.723	(25.655)	1.649	—	6.899	5.640	12.539	
Repasse de Itaipu	29.496	14.813	44.309	177.380	(78.001)	6.594	—	130.635	19.647	150.282	
Transporte de Itaipu	2.135	439	2.574	410	(2.212)	136	—	355	552	907	
Neutralidade dos encargos setoriais	(12.303)	(661)	(12.964)	7.417	(1.271)	150	—	(7.214)	546	(6.668)	
Sobrecontratação	(7.491)	(1.485)	(8.976)	(450)	7.634	135	—	80	(1.737)	(1.657)	
Outros componentes financeiros	(22.179)	(2.584)	(24.762)	3.641	49.819	(828)	(20.241)	32.131	(24.502)	7.628	
Total	13.446	7.310	20.756	174.950	(10.877)	7.035	(20.241)	181.024	(9.400)	171.624	
Ativo circulante			27.997							140.455	
Ativo não circulante			—							31.169	
Passivo não circulante			(7.240)							—	

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros:** refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, diferido e homologado, e ao diferimento referente postergação de tarifa no RTP de 2021, entre outros. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo COVID-19, estão descritos na nota 1.1.

10. DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos débitos fiscais diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Débito de contribuição social		
Diferenças temporariamente inadutíveis/tributáveis	(7.097)	(8.336)
Subtotal	(7.097)	(8.336)
Débito de imposto de renda		
Diferenças temporariamente inadutíveis/tributáveis	(19.667)	(23.109)
Subtotal	(19.667)	(23.109)
Total	(26.764)	(31.445)
Total débito fiscal	(26.764)	(31.445)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente inadutíveis está baseada nas projeções de resultados futuros. **10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente inadutíveis/tributáveis:**

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente inadutíveis/tributáveis	144.104	144.104	129.790	129.790
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.555	7.098	1.948	5.412
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.232	3.421	989	2.748
Programas de P&D e eficiência energética	786	2.182	640	1.779
Provisão relacionada a pessoal	234	651	228	632
Marcação a Mercado - Derivativos	975	2.708	(391)	(1.085)
Marcação a Mercado - Dividas	(1.246)	(3.460)	92	256
Derivativos	(7.304)	(20.290)	(7.571)	(21.031)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(3.283)	(9.120)	(4.039)	(11.240)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(2.820)	(7.833)	(1.335)	(3.708)
Instrumentos financeiros	804	2.235	804	2.235
Outros	995	2.808	538	1.539

Diferenças temporariamente inadutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado

Marcação a Mercado - Derivativos

Marcação a Mercado - Dividas

Total

10.3 Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente inadutíveis/tributáveis, estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2022

2023

2024

2025

2026

2027 a 2029

2030 a 2032

Total

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	144.104	144.104	129.790	129.790
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.701)	(1.701)	(1.630)	(1.630)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	10.304	10.304	8.572	8.572
Despesa Juros sobre o capital próprio	(22.903)	(22.903)	(22.595)	(22.595)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	36.911	33.590	1.268	975
Base de cálculo	166.715	163.393	115.404	115.112
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(15.004)	(40.848)	(10.386)	(28.778)
Provisão para riscos fiscais	(21)	(841)	(26)	(172)
Total	(15.026)	(41.689)	(10.413)	(28.950)
Corrente	(16.049)	(44.532)	(2.682)	(2.476)
Diferido	1.023	2.843	(7.731)	(21.474)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 3.866 (R\$ 29.505 em 2020) e refere-se a diferenças temporárias. **10.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	2.396	2.396	255	255
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(216)	(599)	(22)	(63)

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2019

Transferência - ativo contratual

Transferência - intangível em serviço

Ajuste ao valor justo

Baixas

Saldo em 31/12/2020

Transferência - ativo contratual

Transferência - intangível em serviço

Ajuste ao valor justo

Baixas

Saldo em 31/12/2021

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos. Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24), no resultado do exercício. Em 2021, as baixas de R\$ 6 (R\$ 53 em 2020) referem-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 2 (R\$ 8 em 2020) e à baixa do ativo de R\$ 4 (R\$ 45 em 2020).

12. OUTROS ATIVOS

Adiantamentos - Familinvest

Adiantamentos - fornecedores

Cauções, fundos e depósitos vinculados

Ordens em curso

Serviços prestados a terceiros

Despesas antecipadas

Contas a receber - CDE

Adiantamentos a funcionários

Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 7)

Outros

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)

Total

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21). **Contas a receber - CDE:** refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.096 (R\$ 1.803 em 31 de dezembro de 2020), e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 12.264 (R\$ 7.497 em 31 de dezembro de 2020) - (nota 24.3).

13. ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2019

Adições

Transferência - Intangível em serviço

Transferência - Ativo financeiro

Saldo em 31/12/2020

Adições

Transferência - Intangível em serviço

Transferência - Ativo financeiro

Saldo em 31/12/2021

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo COVID-19, estão descritos na nota 1.1.

14. INTANGÍVEL

Circulante

Encargos de serviço do sistema

Suprimento de energia elétrica

Encargos de uso da rede elétrica

Materiais e serviços

Energia livre

Total

Não circulante

Materiais e serviços

Total

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Modalidade							
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
IPCA	262.001	80.440	(20.109)	43.050	—	(12.711)	352.672
Total ao custo	262.001	80.440	(20.109)	43.050	—	(12.711)	352.672
Gastos com captação	(4.135)	—	—	453	—	—	(3.682)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	232.394	142.000	(60.899)	5.983	19.879	(6.265)	333.092
Euro	135.914	—	—	1.114	(1.481)	(1.114)	134.433
Marcação a mercado	(2.583)	—	—	(11.611)	—	—	(14.194)
Total ao valor justo	365.725	142.000	(60.899)	(4.514)	18.397	(7.379)	455.329
Total	623.591	222.440	(81.007)	38.989	18.397	(20.091)	802.319
Circulante	84.447	—	—	—	—	—	194.856
Não circulante	539.144	—	—	—	—	—	607.463

Modalidade

Mensuradas ao custo

Moeda nacional

Pré Fixado

Pós Fixado

TJLP

IPCA

Selic

CDI

Cesta de moedas

Total ao custo

Gastos com captação

Mensuradas ao valor justo

Moeda estrangeira

Dólar

Euro

Marcação a mercado

Total ao valor justo

Total

Circulante

Não Circulante

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Encargos financeiros anuais	31/12/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Modalidade					
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA	IPCA + 4,27 a 4,80% (a)	352.672	262.001	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Empréstimos Bancários		352.672	262.001		
Total moeda nacional		352.672	262.001		
Gastos com captação		(3.682)	(4.135)		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar	Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,96% a 3,52%	333.092	232.394	2020 a 2025 Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)		333.092	232.394		
Euro	Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,82%	134.433	135.914	2022 Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)		134.433	135.914		
Marcação a mercado		(14.194)	(2.583)		
Total moeda estrangeira		453.329	365.725		
Total		802.319	623.591		
Circulante		194.856	84.447		
Não circulante		607.463	539.144		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

(a) De 60% a 110% do CDI

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado da operação da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 14.194 (R\$ 2.583 em 31 de dezembro de 2020), que compensados com as perdas obtidas não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 10.884 (ganho não realizado de R\$ 3.428 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 3.310 (R\$ 6.011 em 31 de dezembro de 2020). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2023

2024

2025

2026

2027

2028 a 2032

2033 a 2037

2038 a 2040

Subtotal

Marcação a mercado

Total

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada %	% da dívida
Indexador	2021	2020
IPCA	10,06	4,52
CDI	4,40	2,78
	100,00	100,00

Adições no exercício:

Montantes liberados

Total aprovado

Modalidade

Mensuradas ao custo

Empréstimos Bancários

(IPCA - BNDES)

Moeda Estrangeira

Empréstimos bancários

(Lei 4.131)

Condições restritivas: Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e • EBITDA ajustado dividido pelo

Adições no exercício:

Montantes liberados

Total aprovado

Modalidade

Mensuradas ao custo

Empréstimos Bancários

(IPCA - BNDES)

Moeda Estrangeira

Empréstimos banc

Companhia Jaguarí de Energia - CNPJ nº 53.589.112/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/- custo		Valores de mercado (contábil)								
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador dívida	Moeda/ indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	49	80	-	-	Estratégia	Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo							
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	-	5.714	22.543	-	-	-	Hedge variação cambial									
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	Emprestimos bancários - Lei 4.131								
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	US\$ + 104,6% do CDI									
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	77	-	-	-	17	-	Emprestimos bancários - Lei 4.131								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	40.956	191	6.738	4.454	-	-	11.130	13.231									de 1,85% ou CDI + 0,8%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	19	19	182	250	-	-	2.888	2.735	40.418	(247)	40.171	49.191	(9.019)	a 3,06% a CDI + 1,29%	mar/22 a set/26	278.000	
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	99	106	-	-	1.286	1.223	Emprestimos bancários - Lei 4.131								
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	2	-	-	12	12	-	-									30.103
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	1.237	-	<u>70.521</u>	<u>(247)</u>	<u>70.275</u>	<u>81.159</u>	<u>(10.884)</u>				
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	54	54	-	-	(1)	(1)	41.070	-	-	-	-				
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	73	64	-	-	847	781	Não circulante								
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	150	134	-	-	1.791	1.650									29.451
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda. (*)	31	-	187	142	-	-	2.156	1.851	Circulante								
	-	-	-	-	-	-	-	-									29.451
	-	-	-	-	98	1.339	-	31	Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.								
	-	-	2.792	2.513	-	-	31.810	31.721									(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal
	-	-	-	-	109	-	-	-	Ativo não circulante								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Passivo não circulante
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2020								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2019
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2018								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2017
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2016								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2015
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2014								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2013
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2012								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2011
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2010								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2009
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2008								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2007
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2006								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2005
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2004								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2003
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2002								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/2001
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/2000								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1999
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1998								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1997
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1996								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1995
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1994								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1993
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1992								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1991
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1990								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1989
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1988								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1987
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1986								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1985
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1984								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1983
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1982								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1981
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1980								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1979
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1978								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1977
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1976								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1975
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1974								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1973
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1972								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1971
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1970								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1969
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1968								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1967
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1966								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1965
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1964								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1963
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1962								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1961
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1960								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1959
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1958								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1957
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1956								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1955
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1954								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1953
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1952								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1951
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1950								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1949
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1948								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1947
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1946								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1945
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1944								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1943
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1942								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1941
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1940								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1939
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1938								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1937
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1936								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1935
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1934								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1933
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1932								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1931
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1930								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1929
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1928								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1927
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1926								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1925
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1924								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1923
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1922								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1921
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1920								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1919
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1918								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1917
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1916								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1915
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1914								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1913
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1912								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1911
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1910								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1909
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1908								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1907
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1906								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1905
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1904								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1903
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1902								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1901
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1900								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1899
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1898								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1897
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1896								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1895
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1894								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1893
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1892								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1891
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1890								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1889
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1888								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1887
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1886								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1885
	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo em 31/12/1884								
	-	-	-	-	-	-	-	-									Saldo em 31/12/1883

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 40.814 no exercício de 2021 (R\$ 42.705 em 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

29. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2021	31/12/2020
Ativo financeiro da concessão/Intangível	Riscos nomeados	127.000	127.000
Transporte	Transporte nacional	44.251	54.138
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	35.000	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	47.653	42.898
Garantia	Seguro Garantia	73.870	65.439
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000	150.000
Total		<u>477.774</u>	<u>474.475</u>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

30. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites; • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequacionamento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. A Diretoria Executiva cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reequacionamento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap* A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de sub/contratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem juízo sobre as exposições ou sobras involuntárias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro, o que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Durability* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Ativo	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	91.005	91.005
Derivativos	31	(a)	Nível 2	70.521	70.521
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	105.401	105.401
Total				<u>266.927</u>	<u>266.927</u>
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	348.990	348.990
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	453.329	453.329
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	191.470	189.631
Derivativos	31	(a)	Nível 2	247	247
Total				<u>994.034</u>	<u>992.197</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 11.611 em 2021 (R\$ 1.430 em 2020). (***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1). **Legenda: Categoria/Mensuração:** (a) - Valor justo contra o resultado; (b) - Mensurados ao custo amortizado. A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber - CDE, (iii) caucões, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial; • Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários - CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão. Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituída por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B-global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada a menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de avançamento, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO Diretor Presidente		RAFAEL LAZZARETTI Diretor Comercial		OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA Diretor de Operações		FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO Diretor Administrativo	
---	--	--	--	--	--	---	--

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

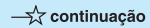
SÉRGIO LUIS FELICE Diretor de Contabilidade - CT CRC 1SP192.767/O-6		ANA PAULA PERESSIM DE PAULO Gerente de Contabilidade das Distribuidoras - CT CRC 1SP217.200/O-6	
--	--	--	--

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da Companhia Jaguarí de Energia - Jaguariúna - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguarí de Energia (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Jaguarí de Energia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas em nossos prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos regenerados. Analisamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação dessa carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados



Companhia Jaguari de Energia - CNPJ nº 53.859.112/0001-69

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Campinas, 17 de março de 2022

Fábio Antonio

Contador - CRC 1SP255184/O-6

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 24/03/2022 19:37:51 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.